



UNIFAVENI CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI LTDA.

Mantenedora

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVENI

Mantida

CINTHIA KARINA NICÁCIO MANOCCHI MURATA

Licenciada em Educação Física

GIANE PEREIRA SILVA

Especialista em Controladoria e Gestão Estratégica

SANDRA COSTA DOS SANTOS

Doutora em Educação

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO:
TEORIA E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO EM GUARULHOS**

GUARULHOS – SP

2022

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICAS

RESUMO

A escola pública passa constantemente por adequações que a levem a um melhor resultado pedagógico e de gestão. Ao olhar este espaço como um todo não se pode falar apenas que a escola é aquilo que está dentro dos muros da escola. Ela é mais além pois compõem-se da comunidade que está no entorno e daqueles que a fazem acontecer no seu dia-a-dia. É neste contexto que nas décadas dos anos de 1980 e 1990 os movimentos sociais pela defesa da educação levaram ao congresso uma demanda pela gestão democrática da educação. O resultado foi a elaboração da Constituição Brasileira em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. Ambos os documentos propuseram um olhar participativo e múltiplo para a escola. A gestão democrática da educação foi elencada como um dos princípios da educação e a tarefa posterior. O objetivo neste momento é problematizar a gestão democrática e conhecer algumas experiências que exemplificam ações de sucesso nesta temática. O ponto de análise em particular é a cidade de Guarulhos e quais os projetos o município apresenta para colocar em prática o que preconiza a legislação educacional. Para a realização da pesquisa a metodologia se baseia na revisão da literatura e na análise documental. Como elemento inicial encontramos algumas políticas locais que permitem a formação continuada dos professores e a abertura para a participação da população na vida escolar.

Palavras-chave: gestão democrática, escola pública, formação continuada.

INTRODUÇÃO

Para muitos, o pensamento em educação está sempre ligado à sala de aula, aos professores, aos conteúdos e às provas. Parece haver um sentimento de exterioridade, que distancia a relação educativa daqueles diretamente envolvidos com a educação. Em termos gerais, o limite de envolvimento com a educação é, na sociedade atual, a tarefa de levar os filhos à escola e, quando muito, participar de uma reunião ou festa. Na outra ponta da relação, gestores e professores se veem constantemente responsabilizados pelo fracasso educacional. Muitas políticas públicas são projetadas sem levar em conta as demandas reais desses personagens e não há identificação sobre como se definem as políticas educacionais ou os projetos pedagógicos das unidades escolares.

As decisões políticas também podem ser impostas e determinadas sem que haja debate coletivo, enquanto a educação é tida como algo não pertencente diretamente ao indivíduo. A instituição escolar e a prática ali colocada tornam-se unilaterais, pois apenas um dos lados envolvidos define os saberes a serem ensinados e aprendidos. Para se contrapor a essas políticas educacionais excludentes e pouco democráticas, um novo olhar e novas práticas podem ser intencionalmente elaborados, tendo como pano de fundo a participação de um número cada vez maior de pessoas naquilo que interfere na formação intelectual e define a identidade dos cidadãos. Os debates a respeito das complexidades que envolvem a educação são diversos e entre elas certamente encontram-se o estabelecimento de espaços democráticos e a chamada à participação popular. É com essa problemática que este trabalho procura se defrontar.

OBJETIVOS

O objetivo do trabalho é analisar a relação entre a gestão democrática da educação e a prática cotidiana na vida escolar.

Dentre os objetivos específicos estão:

- caracterizar a gestão democrática da educação básica;
- analisar os artigos da LDB que definem a gestão democrática
- discutir o papel da escola na formação cidadã

METODOLOGIA

O campo metodológico está situado numa pesquisa bibliográfica a partir de elementos qualitativos. Para tanto serão analisados documentos, livros e artigos. Ao mesmo tempo se coloca o método dialético por trazer um caminho entendido como aquele que melhor pode abrir horizontes para analisar-se o processo como um todo. Além disso, permite que os personagens encontrados ao longo da pesquisa sejam colocados em suas inter-relações frente ao tema proposto.

DESENVOLVIMENTO

De origem grega, a palavra democracia se refere ao governo do povo. Ao aproximar-se da ação de gerir temos a gestão democrática. A Constituição de 1988 deu o tom para o qual a escola pública deveria se estruturar a partir de sua promulgação. O Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

O conceito de referência de participação dentro do cenário democrático é tomado de Bordenave, em cuja obra se considera a participação como elemento “inerente à vida social dos homens” (1987, p.17). Tanto que a orientação encontrada pelo autor, naquele momento em que produzia sua obra, era de uma mudança de posicionamento dos Estados em relação ao planejamento de ações: “muitos organismos oficiais se empenham depois de séculos de verticalidade e autoritarismo, em promover o planejamento participativo, capaz de gerar projetos relevantes para a população” (BORDENAVE, 1987, p.13). É possível pensar o processo de participação como um processo educativo. Dessa forma, a educação entra em evidência ao menos em dois momentos: como alvo de reflexão/objeto a ser pensado e construído em conjunto; mas também quando exercida na prática, na medida em que os agentes participantes da educação vivenciam experiências teóricas que também forjam um novo ser na prática cotidiana.

A elaboração de mecanismos que permitam a intervenção popular, seja na proposição das políticas públicas, seja no dia a dia da escola, pode contribuir para que um novo perfil de aluno, e no futuro de cidadão, possa ser encontrado.

Desde quando o país saiu do triste governo militar, a educação foi, cada vez mais, sendo pensada como um espaço fundador da personalidade e identidade do indivíduo. A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB, lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), propuseram uma educação democrática e cidadã com qualidade a quem passa pela escola. A escola torna-se, a partir da promulgação destes dois importantes documentos lugar de diálogo e participação coletiva. Para Solange Dias, podemos entender a participação como “a intervenção popular no planejamento, deliberação, fiscalização e canais de participação” (2007, p. 45), que coloca em evidência não só as classes tradicionalmente ligadas ao poder, mas outros sujeitos sociais igualmente importantes.

Pedro Demo afirma que o texto da LDB, Lei n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), traz consigo avanços bastante relevantes para o desenvolvimento da educação consignados, por exemplo, na gestão democrática da educação pública. Por meio dela, tanto os órgãos governamentais, quanto a sociedade civil estariam envolvidos em construir a nova escola. A LDB, mesmo sendo, na opinião de Pedro Demo, um texto voltado para o ensino pensado “de dentro para fora e de cima para baixo” (DEMO, 2008), há elementos relevantes, mesmo que nem sempre inovadores (DEMO, 2008), que permitem, porém, a exploração de outra prática para as políticas educacionais.

Ponto positivo é, também, a reflexão sobre a qualidade da educação, desde que não esteja vinculada a um olhar estritamente quantitativo (DEMO, 2008). Soma-se a isso, a visão de conjunto do processo de educação, que passa a ser preconizada na nova lei. Os profissionais da educação precisavam sentir-se valorizados, e a LDB apontou caminhos para a revitalização do trabalho do professor. O art. 67 da lei e seus incisos trazem a perspectiva de formação continuada, da valorização do tempo de estudo e do planejamento, como aspectos que precisavam ser melhor enfrentados, para que a escola pública alcançasse maior qualidade.

Podemos afirmar que a gestão democrática é uma cláusula pétrea da Constituição Federal, quando define que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos direta ou indiretamente” (BRASIL, 1988). Sendo assim, a CF aponta para dois pilares da democracia: a representação e a participação nos âmbitos social e popular.

Pensar a gestão democrática requer um exercício de observação que vai além da teoria. Neste caso, buscamos refletir sobre o sistema educacional de Guarulhos. O município é uma das cidades de maior destaque no estado de São Paulo e, a partir de dados do IBGE (2021) contempla cerca de 600 unidades escolares entre estabelecimentos municipais e estaduais que vão do ensino infantil até o ensino médio. O município possui ainda pouco mais de doze mil docentes para tais estabelecimentos. Tais números revelam a dimensão que ocupa a cidade no quesito educação.

Por meio do levantamento realizado até o momento percebe-se que a gestão municipal tem uma preocupação com a formação continuada de seus professores e oferece um conjunto de aperfeiçoamentos como é o caso do CEMEAD - Centro Municipal de Educação à Distância Maria Aparecida Contin. O trabalho de formação continuada do professor exerce total diferença sobre o resultado esperado da sua atitude em sala de aula. À medida em que vê seu trabalho valorizado e tem abertura para aperfeiçoar sua capacitação, novos vínculos com o espaço educacional podem ser fortalecidos.

Desta forma, mesmo a formação continuada deve ser tal que prepare o professor para sentir-se apto a utilizar as TICs em suas aulas. Isso não representa a solução para os problemas da educação, mas certamente pode vir a ser um importante fator de melhoria de sua qualidade (SANTOS, 2016, p.33).

O contato com as tecnologias por parte do professor chega aos alunos e às famílias. Algo que ajudou muito no desenvolvimento e interesse do aluno no conteúdo pedagógico ministrado ao aluno em sala de aula, foi a implantação das TICs, momento em que o aluno estaria usando equipamentos eletrônicos na sala de aula. Isso foi de grande valia, visto que muitos alunos não tem em seus lares acesso a internet e quando estão na sala de aula podem lançar mão de computadores para executar as tarefas que os professores pedem. Com essas ferramentas os alunos se sentiram bem mais motivados durante as aulas, trazendo também uma satisfação aos professores, que por sua vez já tinham suas tentativas esgotadas no que diz respeito a deixar sua aula mais atraente.

Outra proposta interessante é o programa “Escola 360” que tem como objetivo ser uma plataforma de gestão compartilhada, utilizado equipamentos e espaços públicos da cidade de Guarulhos, oferecendo cursos de teatro, dança, inglês, oficinas, atividades esportivas e apresentações de artistas independentes. Os espaços dos CEU’s são ocupados por estas e

outras atividades que fortalecem cada vez mais a escola e a comunidade nos mais diferentes bairros da cidade.

A comunidade como um todo é muito beneficiada, quando a gestão democrática é bem vinda no ambiente escolar. A possibilidade de abertura e aceitação de opiniões que não se limitam somente ao corpo de gestores da instituição e sim a comunidade como um todo. Este modelo possibilita e impulsiona o desenvolvimento de novas práticas dentro do ambiente escolar, motivando os pais e moradores ao envolvimento.

Como Dourado nos apresenta,

[...] um processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas (DOURADO, 2000, p. 79).

Portanto, há ganhos para todos os lados. Professores, alunos, gestão, comunidade e o Estado como um todo passam a ser fundamentados em papéis práticos da vida democrática e não apenas teóricos e distantes do dia-a-dia do cidadão. O viver democrático está perto, no âmbito local, mais próximo de cada um. A partir do viver a escola uma relação de situações mais amplas são forjadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi levantado até o presente momento conclui-se que viver a democracia para além da representação é, também, um aprendizado, na medida em que a participação popular e a gestão democrática exigem uma postura crítica e reflexiva, não só sobre as questões da escola, mas também da sociedade como um todo. A relevância da gestão democrática é trazer consigo, determinada “concepção de educação democrática e emancipadora da educação” para a população (GADOTTI, 2014, p. 2).

Dentro desta perspectiva de Gadotti vemos ainda que uma visão progressista de educação permite interpretá-la como “radicalização da democracia, superação do autoritarismo, individualismo e desigualdades sociais” (GADOTTI, 2014, p. 8). O objetivo, portanto, é dar outro significado à educação, mas antes de tudo à própria política. Afinal, a escola

estruturada nessa vertente, tem a capacidade de construir uma nova identidade e noção de pertencimento nas pessoas.

Percebe-se que a gestão educacional em Guarulhos está caminhando em direção à ampliação da gestão democrática da educação e a cada novo momento um leque maior de possibilidades são abertas. Assim como afirma Santos,

O desafio de pensar a qualidade na educação, por mais subjetiva que possa parecer, leva a questionar o próprio papel da escola. Ser ela um ambiente de formação para a democracia, não faz dela necessariamente democrática. Pelo contrário é muito mais espaço de resistência sobre o novo. (SANTOS, 2017, p. 165)

Os projetos existentes carecem de esforço para alcançar novos gestores e professores que, em certa medida, se colocam em muitos momentos resistentes a sair do lugar comum e apresentar novos olhares sobre a educação. Ainda assim, o que foi conquistado até o momento permite afirmar que a escola se sustenta em vários pilares e, dentre eles, o pensar e agir coletivos e democraticamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, Juan. **O que é participação**. SP: Brasiliense, 1987.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 10/08/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n.o 9.394/96**. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf> Acesso em: 13/02/2021.

DEMO, Pedro. **LDB ranços e avanços**. SP: Papyrus, 2008.

GADOTTI, Moacir, **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**, CONAE, 2014.

IBGE. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Cidades Guarulhos. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/guarulhos/panorama>> Acesso em: 05/09/2022.

PREFEITURA DE GUARULHOS. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Base do Plano Municipal de Educação**. Guarulhos, 2011. Disponível em: < <http://educacao.guarulhos.sp.gov.br/conferencia/?botao=17>>. Acesso em: 30 ago. 2014

SANTOS, S. G. dos. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Educação. In: **Gestão democrática na escola pública: reflexões e práticas**. PREFEITURA DE GUARULHOS. 2016, p.27-36.

SANTOS, S.C. **Escola cabana na Belém (PA) do Partido dos Trabalhadores: novos significados e sentidos para a educação democrática e popular**. Tese de Doutorado. UNINOVE, 2017.